

## Práticas “psi” no Brasil do “milagre”: algumas de suas produções \*

'Psy' practice in the Brazil of miracles: some of their products

Cecília Maria Bouças Coimbra \*\*

---

### RESUMO:

A década de setenta na América Latina é um período marcado por sangrentas ditaduras; no Brasil, especificamente, é a época da censura com o AI-5 e também do “milagre brasileiro”. O estudo dos discursos então vigentes identifica a produção e divulgação de categorias, como o “subversivo” e o “drogado”, permitindo uma análise das práticas “psi” existentes, em especial as de caráter hegemônico ligadas à psicanálise. A investigação de como estas práticas colaboraram para a construção e perpetuação de tais conceitos revela uma complexa rede de demandas e a atuação de alguns profissionais junto a órgãos de repressão do governo. Esta releitura da história oficial a partir de uma história do presente implica em uma nova forma de pensar a genealogia de algumas práticas “psi” no Brasil, ao apontar como algumas delas, ainda hoje, fornecem seu respaldo científico a produção de subjetividades excludentes.

**Palavras-chaves:** década de 70; produção de subjetividades; práticas “psi”

---

### ABSTRACT:

The seventies were a period of bloody dictatorships in Latine America. In Brazil, it was a time of censure, reinforced by the Fifth Constitutional Act, and also a time of the so called 'brazilian miracle' . Studing the discourses in force at this period identifies the production and promotion of categories, such as the 'subversive' and the 'drug addicted', and enables an analysis of its 'psy' practice, especially those of hegemonic character and related to psychoanalysis. The investigation of how these practice participated in the emergence and perpetuation of such concepts reveals a complex net of demands and a performance of some of their professionals in governmental offices of repression. This reread of the official history from the perspective of a history of the present implies a new way of thinking about the genealogy of some 'psy' practice in Brazil, by pointing out how some of them still today give their scientific support to the production of excludent subjectivities.

**Key-words:** the seventies; production of subjectivities; 'psy' practice

---

*“(...) devemos interpelar todos aqueles que ocupam uma posição de ensino nas ciências sociais e psicológicas, ou no campo do trabalho – todos aqueles, enfim, cuja posição consiste em se interessar pelo discurso do outro. Eles se encontram numa encruzilhada política e micropolítica fundamental. Ou vão fazer o jogo dessa reprodução de modelos que não nos permitem criar saídas para os processos de singularização, ou, ao contrário, vão estar trabalhando para o funcionamento desses processos na medida de suas possibilidades e dos agenciamentos que consigam pôr para funcionar. Isto quer dizer que não há objetividade científica alguma nesse campo, nem uma suposta neutralidade na relação.” (GUATTARI e ROLNIK, 1988, p. 29)*

### INTRODUÇÃO

Este artigo pretende levantar algumas práticas “psi” nos anos 70 no Brasil, notadamente aquelas ligadas à psicanálise – pelo seu caráter hegemônico -, e repensá-las : a que demandas atenderam e que demandas, ao mesmo tempo, produziram. Tenta, também, mostrar como a formação “psi”, em geral, traz certas características modelares, instituídas e bem marcadas; como, em nossa formação, predomina o viés positivista em que se tornam hegemônicos os conceitos de neutralidade, objetividade, cientificidade e tecnicismo e onde, nos diferentes discursos/práticas, o homem, os objetos e o mundo são apresentados como “coisas em si”, abstratos, naturais e não produzidos historicamente.

Outra questão aqui levantada aponta para exemplos extremos de como algumas dessas práticas colaboraram, efetivamente, para a criação, manutenção e fortalecimento de subjetividades hegemônicas que sustentaram muitos aspectos do estado de terror que se abateu sobre o Brasil naqueles anos. Práticas que produziram, por exemplo, o “subversivo” e o “drogado” como “doentes”, “desajustados”, “desadaptados”, “desequilibrados” ou “carentes”, aliando à dor de seus desaparecimentos e de suas mortes – o que ocorreu com muitos deles – a desqualificação de seus projetos, sonhos e lutas.

Esta pequena viagem pela década de 70 no Brasil é, sem dúvida, uma forma de resgatar um período de nossa história que muitos teimam em esquecer. Penso afirmar uma “outra” memória histórica, sempre ocultada, sempre impedida de aparecer, sempre estigmatizada. Proponho, aqui, a desconstrução de uma história conhecida como “oficial”, instituída, fazendo surgir uma “outra” memória, uma “outra” história.

Este texto-intervenção, portanto, procura revelar o político, a produção de subjetividades, a mitificação e naturalização de algumas práticas “psi” fortalecidas durante o terrorismo de Estado em nosso país - muitas delas, ainda hoje, dominantes.

### ALGUMAS PRODUÇÕES DE SUBJETIVIDADE NOS ANOS 70 NO BRASIL

Penso a subjetividade, segundo o enfoque guattariano, não “como coisa em si, essência imutável”, mas como “(...) esta ou aquela subjetividade, dependendo de um agenciamento de enunciação produzi-la ou não” (GUATTARI e ROLNIK, 1988). Ou seja, formas de pensar, sentir, perceber e agir no mundo, forjadas por diferentes dispositivos sociais, culturais, políticos, etc. existentes no mundo capitalístico<sup>1</sup>. É necessário pensar como, pela produção e circulação de signos, imagens, “pelo recalçamento de certas realidades”, pela sugestão e, portanto, pela criação de um real, esses dispositivos sociais “simulam padrões consensuais de conduta” (MUNIZ SODRÉ, 1992, p. 45); forjam esquemas dominantes de percepção e de significação do mundo; criam existências, vidas, mortes, mocinhos, bandidos, heróis e vilões; enfim, poderosos e eficientes processos de subjetivação.

A década de 70, na América Latina, traz pesados e tortuosos acontecimentos. Sangrentas e cruéis ditaduras se impõem, aniquilando, em nome da “segurança nacional” e do “desenvolvimento econômico”, qualquer força, popular ou não, organizada ou não, que a elas se opusesse. Instala-se no continente a Doutrina de Segurança Nacional, em que toda e qualquer oposição é considerada crime e, como tal, é punida.

No Brasil, com o AI-5 de dezembro de 1968, a ditadura se impõe sem disfarces - a repressão age sem limites e sofisticada sua atuação com a criação de novos serviços de informação. Nesse campo fértil, a tortura passa a ser prática “comum” e oficial, disseminando terror em toda a sociedade brasileira: pelo medo, cala, levando a um torpor, a omissões e cumplicidades.

Não é por acaso que essa época – início dos anos 70 – em que mais se tortura, mais se perseguem opositores, mais se seqüestra, mais se assassina, é também a época do “milagre brasileiro”, quando se vende a imagem da “ilha da tranquilidade”, de “progresso”, de “bem-estar”, de “euforia”. Este é um lugar extremamente atraente para o capital monopolista internacional, vencedor em nosso país com o golpe de 1964. Vive-se em um clima de ufanismo, com a construção de obras faraônicas, enquanto a classe média, aproveitando-se das sobras do “milagre”, vai ascendendo socialmente. Ao som do pregão das bolsas de valores e do *slogan* “Brasil: ame-o ou deixe-o”, a classe média urbana vive momentos inesquecíveis de consumismo, com a “modernização” levada ao ritmo de “Brasil Grande”.

A censura torna-se feroz e violentíssima e “a televisão brasileira passa a alcançar um nível de eficiência internacional, fornecendo valores e padrões para um ‘país que vai pra frente’” (HOLLANDA, 1978, p. 125).

Tais processos de subjetivação traduzem-se pela importância dada ao consumismo, à necessidade de ascender socialmente. Acredita-se na excelência do sistema e as pessoas crêem que “subir na vida” depende de suas virtudes pessoais, de seus méritos. Produz-se a crença no “Brasil Grande”, no “progresso”, no “crescimento”, na “modernização”, na “grande potência” que será este país. Ao lado disso, prolifera um profundo conformismo, em que a defesa da ordem, da hierarquia, da disciplina, da submissão são enfatizadas e no qual o medo às autoridades domina a todos<sup>2</sup>.

Há, contudo, resistências a essas competentes produções de subjetividades, tentativas de se forjar e produzir territórios singulares. Essas “linhas de fuga” são, de um lado, a geração que entra na clandestinidade e/ou luta armada; de outro, os *hippies*, muitos deles ligados a produções “alternativas”, embalados pelos movimentos contraculturais que haviam sacudido os Estados Unidos e a Europa nos anos 60.

Dois categorias são produzidas e muito disseminadas nesses anos no Brasil: a do subversivo e a do drogado, ligadas à juventude da época. A primeira é apresentada com conotações de grande periculosidade e violência, visto ser uma ameaça política à ordem vigente; deve ser identificada e controlada. Tal categoria vem acompanhada de outros

adjetivos, como criminoso, traidor, ateu, o que traz fortes implicações morais. O subversivo não está somente contra o regime, mas contra a religião, a família, a pátria, a moral e a civilização. Está contaminado por “ideologias exóticas”, por mandatários de fora.

*“(...) o subversivo tem tanto possibilidades de contaminar, como de enfeitiçar. Ele está contaminado e pode passar a doença, e ao ser enfeitiçado adquiriu a capacidade de enfeitiçar” (VELHO, 1987, p. 6).*

No drogado, o aspecto de doença já está dado: é um ser moralmente nocivo, pois tem hábitos e costumes desviantes. Na época, as drogas são associadas a um plano externo para minar a juventude, tornando-a presa fácil das ideologias “subversivas”. Assim, juntam-se drogado e subversivo, o que se torna perigosíssimo, pois apresentam problemas psicológicos graves e sérios ao fugirem às suas obrigações e questionarem os planos e projetos de ascensão social de suas famílias.

O que está subjacente a essas duas categorias de acusação - dispositivo produzido no sentido de enfraquecer e desqualificar todo e qualquer movimento de resistência - é o fortalecimento de uma outra subjetividade: a “crise” da família, a sua “desestruturação”. Se seus filhos, fundamentalmente os de classe média e média alta, estão se tornando “subversivos” ou “drogados”, algo está errado. Esses filhos “desviantes” e “diferentes” são produzidos pelos problemas que essas famílias passam. Se algum militante é seqüestrado, torturado e assassinado; se algum *hippie*, após experiências com drogas, não retorna da “viagem”, ele e sua família são os responsáveis, e não o estado de terror que grassa no país. As famílias aceitam tal discurso, culpando seus filhos e culpando-se, acreditando nas suas deficiências psicológicas e morais.

Esse modelo de família que compra, investe, viaja, ascende socialmente é o modelo que se fortalece com o “milagre brasileiro”, em que o privado torna-se o refúgio contra os terrores da sociedade. Essa visão intimista da sociedade (SENNETT, 1988), na qual as pessoas se preocupam apenas com as histórias de suas próprias vidas e com suas emoções particulares, em que o mundo parece nos decepcionar, parece vazio e sem atrativos, fortalece a privacidade familiar e a interiorização das pessoas.

Há, por conseguinte, um interesse cada vez maior pelos problemas da personalidade e a procura de uma autenticidade que exige, a todo custo, que o sujeito seja transparente, “autêntico” através de todos os seus atos.

Esse aumento de investimento nas questões relativas ao “interior” faz com que o conhecimento de si mesmo se torne uma finalidade, em vez de um meio para se conhecer o mundo. A visão intimista, extremamente valorizada nesses anos, esvazia a realidade social e o domínio público. Estes são minorizados, desqualificados; o único sentido está no privado.

O discurso psicologizante – característico das camadas médias urbanas, na década de 70, no Brasil – mostra como a dimensão privada mais intimista é incorporada ao cotidiano, produzindo uma oposição, uma dicotomia e uma incompatibilidade entre os domínios do público e do privado. A militância política é vista de forma extremamente negativa. Há uma atitude cética em relação à política, sobretudo pela crença de que os interesses pessoais e familiares estão acima de quaisquer outros e que não se pode, e não se deve, abrir mão deles, como mostram as palavras de um militante operário:

*“Falavam prá mim uma época: você é louco, vai cuidar da sua vida, da sua família, deixa isso pra lá, qualquer hora desaparecem com você” (apud TELLES, 1984, p. 20).*

Sendo assim:

*“(...) a suposta valorização do trabalho ou da política aparece como (...) pouco caso ou indiferença pelos encantos da intimidade familiar amorosa (...). Parece haver, implícita nesta vertente psicologizante, a idéia de que o indivíduo dispõe de uma quantidade de energia limitada que corre o risco de ser desperdiçada, ou até voltar-se contra ele, se não for investida no domínio adequado do privado. A politização do cotidiano pode ter como contrapartida a desafetização da vida privada” (VELHO, 1989, p. 42, grifos meus).*

Há, portanto, uma psicologização do cotidiano, em que tudo se torna psicologizável, em que os acontecimentos sociais são esvaziados e analisados unicamente pelo prisma psicológico-existencial. Com essa “tirania da intimidade”, qualquer angústia do cotidiano, qualquer sentimento de mal-estar é remetido imediatamente para o território da “falta”, da “carência”, no qual os especialistas “psi” estão vigilantes e atentos. Para essa família “em crise” e para esses filhos “desviantes” há que se ter atendimentos específicos, peritos que lhes digam como sentir, pensar, perceber, agir e viver neste mundo. A família torna-se consumidora ávida de tudo o que pode ajudá-la a “realizar-se”.

Com suas falas “competentes”<sup>3</sup>, esses especialistas “psi” afirmam-se “científicos” e “neutros” e aparecem como os que entendem do assunto, verdadeiros iluminados que geram com suas práticas “... o sentimento individual e coletivo de incompetência, poderosa arma de dominação” (COIMBRA, 1990, p. 13).

## O “BOOM” DA PSICOLOGIA E DA PSICANÁLISE

É neste contexto que se verifica um grande avanço e expansão da psicologia e, em especial, de uma certa leitura da psicanálise. Não é por acaso que após a reforma universitária de 1968<sup>4</sup>, quando – como resposta ao movimento estudantil – o governo Costa e Silva apela para o setor privado, há grande expansão das faculdades particulares, onde os cursos de Psicologia florescem assustadoramente. Paralelamente a esse crescimento do “mercado psicológico”, os cursos de História, Filosofia e Sociologia vão gradativamente sendo diminuídos e mesmo esvaziados; alguns são extintos.

Em 1973, por exemplo, a rede privada participa com 66% das matrículas em cursos de Psicologia e as verbas governamentais diminuem cada vez mais para as universidades públicas federais, que têm suas vagas limitadas. Medidas preventivas e repressivas são tomadas, como a criação do sistema de créditos, a construção de *campi* universitários longe dos centros urbanos e o decreto-lei nº 477, que tem o poder de desligar e suspender por três anos alunos e professores envolvidos em atividades consideradas “subversivas”.

Aliado a isso, assiste-se na mídia a constantes alardes de que a educação é o melhor investimento de uma sociedade, fator fundamental para mobilidade social numa democracia e mola propulsora do desenvolvimento econômico: é a Teoria do Capital Humano, que se torna hegemônica em nosso país nesses anos, e que traz como efeitos o tecnicismo e o fortalecimento dos especialistas<sup>5</sup>. Produzem-se massivamente subjetividades voltadas para a ascensão social via educação, via universidade.

Na graduação de Psicologia, produz-se uma “certa” prática “psi”. Desde seu início está impressa a marca da tradição positivista; exemplos são a hegemonia do behaviorismo e de uma psicologia social que reproduz mecanicamente conceitos e técnicas de estudo de inspiração norte-americana. É o domínio da psicologia experimental positivista, com suas características de cientificidade, neutralidade, objetividade e tecnicismo. A própria psicanálise ensinada – e, em certos cursos, hegemônica – também está marcada por esse positivismo e pela “psicologização” da vida social e política. Uma “certa” clínica torna-se a grande demanda dos estudantes de psicologia, que sonham com seus consultórios privados; os psicanalistas são os seus modelos de referência. O atendimento privado predomina, em detrimento do trabalho em outros setores, o que atende às subjetividades dominantes forjadas ao longo dos anos anteriores e as fortalece.

Desde sua regulamentação, em 1962, a profissão de psicólogo marca esse profissional como aquele que “... abranda e resolve os problemas de desajustamento”<sup>6</sup>, bem aos moldes do que já foi assinalado.

O espaço “psi” que se estrutura no Brasil, desde os anos 30, 40 e 50, é feito a partir da “carência”, da “falta”, da “criança-problema”, das crianças com “dificuldades” emocionais e/ou de aprendizagem<sup>7</sup>. Os saberes sobre a infância ampliam-se, surgindo preocupações com a chamada infância “desadaptada”, com as crianças “difíceis”. Não se enfatiza ainda a questão da prevenção, que irá dominar os meios psicoterápicos e escolares brasileiros a partir das décadas de 60 e 70. O que se marca é a necessidade de atendimento a essas crianças.

Da desadaptação infantil, caminha-se para a intervenção na vida sexual e familiar, prática bastante desenvolvida nos anos 70. Ao lado disso cresce a importância dada à prevenção e o circuito escola-família se fecha.

*“Partindo da escola, dos problemas de desadaptação escolar, passou-se para os problemas da procriação, da vida familiar e da harmonia conjugal, para, finalmente, voltar à escola com a instauração da educação sexual. Nesse circuito escola-família, o operador de cada etapa foi a psicanálise” (DONZELOT, 1986, p. 177).*

A questão familiar se torna a grande locomotiva pela qual uma certa leitura da psicanálise avança a toda velocidade no Brasil dos anos 60 e 70. É importante pensar como se dá esta explosão, este *boom* “psi”, e que instituições<sup>8</sup> e dispositivos serão instrumentalizados e fortalecidos por ele.

No eixo Rio-São Paulo<sup>9</sup>, são três os estabelecimentos de formação psicanalítica ligados à Internacional Psychoanalytical Association (IPA), fundada por Freud e seus discípulos em 1910: a Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP), a Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro (SPRJ) e a Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (SBPRJ). Esses estabelecimentos, nos anos 60 e 70, se dirão guardiães da “verdadeira” psicanálise - um território onde a “verdade” está presente. Os que não fazem parte desta formação especial – realizada nessas sociedades “oficiais” – não podem a ela ter acesso, nem dizer que a exercem.

A instituição da “verdadeira” psicanálise produz fortes subjetividades, pois se encontra nas práticas dos psicanalistas em geral, e na dos próprios psicólogos que, para exercer a “verdadeira” clínica psicanalítica, têm que se submeter à formação nas sociedades ligadas à IPA. Ela está presente e difundida como crença nas classes médias urbanas, que são os clientes e consumidores desta psicanálise.

Num contexto político em que grassam a censura, o terror nos mais variados espaços, o medo e a cumplicidade, em que os projetos de ascensão social tornam-se prioritários, no qual o intimismo predomina em detrimento do público e o familiarismo é a tônica, essa forma de pensar uma “certa” prática clínica é hegemônica. Uma clínica que nada tem a ver com o mundo, mas com uma assepsia fastidiosa, com uma total desvinculação de qualquer tipo de implicação, de transversalidade<sup>10</sup>.

Como templos sagrados, essas sociedades se devem resguardar das misturas, impurezas e poluições que circulam pelo mundo. Como vestais, sacerdotisas e guardiãs do Santuário de Vesta (a deusa da vida, entre os romanos) – inacessível aos “leigos” -, devem manter sua virgindade enquanto estiverem a serviço do culto. Assim, os psicanalistas “oficiais” resguardam a pureza da “verdadeira” psicanálise e, por isso, poucos são os privilegiados que têm acesso a esses templos sagrados; poucos os que podem funcionar como vestais; antes, devem ser “purificados”, evitando toda e qualquer mistura.

São interessantes os escritos de alguns analistas ligados às sociedades “oficiais” por ocasião da difusão da psicanálise entre os psicólogos cariocas. Leão Cabernite<sup>11</sup>, por exemplo, presidente da SPRJ no início dos anos 70, é um dos guardiões da “verdadeira” psicanálise. Seus artigos sobre a “poluição” da psicanálise feita por “um bando de invasores” – leia-se os psicólogos e uma segunda geração de argentinos, muitos exilados no Brasil após o golpe de 1976 – tornam-se os bastiões de uma prática conservadora, arrogante e autoritária.

Para a “verdadeira” psicanálise, a formação deve merecer todos os cuidados, deve ser “especial”, pois é uma iniciação aos seus “mistérios”. É necessário exercer um bom controle sobre aqueles que um dia irão representá-la, sobre aqueles que no futuro serão seus guardiões. Essa é, portanto, uma outra instituição instrumentalizada dentro das sociedades “oficiais”: a da formação através de uma pedagogia da submissão. Naturalizam-se o domínio dos didatas, seu poder e os ritos de iniciação. A análise didática é considerada o aspecto mais importante na formação de um analista, o que em muito corresponde ao que já foi apontado como psicologização do cotidiano.

Em realidade, as práticas dominantes nessas sociedades “oficiais”, com seus dispositivos e instituições, favorecem em muito as subjetividades hegemônicas então produzidas/fortalecidas e a psicanálise só tem passagem, só se torna um *boom* porque há essas demandas forjadas por esses processos de subjetivação. No caso do Brasil, trata-se de uma ditadura militar – o que agrava ainda mais a situação -, e ao lado de tais produções há outras: uma forte repressão, uma violência extremada, uma ferrenha censura e um enorme poderio da mídia no sentido de impedir todo e qualquer agenciamento. É nesse contexto de terror nos diferentes microespaços, de medo, imobilismo e apatia, que uma certa leitura da psicanálise se expande e ganha características bem mais autoritárias.

Em nosso país, nesse período, vigoram diferentes práticas sociais, como a do extermínio (não só dos opositores aos modelos vigentes, mas de segmentos empobrecidos da população); as práticas eufóricas ligadas aos projetos de ascensão social (principalmente nas classes médias urbanas); as da mídia, justificando e valorizando tanto o extermínio quanto a ascensão social. Todas elas produzem/fortalecem determinados modos de subjetivação, todas elas mostram como os diferentes micropoderes se exercem em diferentes partes do corpo social.

As práticas decorrentes de uma certa leitura hegemônica da psicanálise, aliadas às demais, nessa fase, geram também uma série de efeitos que, em realidade, vão constituindo um “determinado” sujeito, típico das camadas médias urbanas.

Esse “certo” sujeito vai sendo criado e estimulado à medida que a psicanálise, nos grandes centros urbanos brasileiros, invade a mídia – a grande imprensa, as revistas femininas, a TV –, produzindo a chamada “cultura psicanalítica”, sob cuja ótica a vida, principalmente nas classes médias, passa a ser tematizada e experienciada.

Os movimentos dos psicólogos – mais no Rio de Janeiro do que em São Paulo –, em sua luta pelo *status* de psicanalista, apesar de todas as críticas que fazem às “sociedades oficiais” e à sua formação, ao organizarem seus estabelecimentos, reproduzem em muito as instituições “verdadeira” psicanálise e formação analítica (nascida da IPA). Também eles – com raras exceções – estão marcados pelas visões intimistas de psicanalista, de homem e de mundo fomentadas pelas práticas “psi” hegemônicas nos anos 70 e pelas subjetividades por elas fortalecidas.

## O PERFIL PSICOLÓGICO DO “TERRORISTA” BRASILEIRO

Um aspecto das práticas “psi” que não pode ser esquecido refere-se à participação direta de alguns de seus profissionais no aparato repressivo da ditadura militar brasileira.

Essa participação assemelha-se àquela que vários médicos tiveram, não só “acompanhando” presos políticos torturados<sup>12</sup>, como também dando treinamento a torturadores e elaborando laudos psiquiátricos e psicológicos de presos políticos.

Não pretendo aqui fazer uma história do envolvimento direto de alguns profissionais “psi” com a repressão. Essas histórias e as de diversos outros profissionais, como médicos legistas, advogados, etc., que respaldaram teórica e tecnicamente o terrorismo de Estado no Brasil com suas práticas e saberes, ainda estão para ser escritas.

Acredito, entretanto, que algo deva ser assinalado, como uma forma de resgatar parte da história brasileira, sobretudo o aspecto ligado a uma pesquisa sobre o “perfil psicológico” de militantes políticos presos, no Rio de Janeiro, no início dos anos 70, que contou com a participação direta de psicólogos que trabalhavam, na época, no Centro de Estudos do Pessoal do Exército (CEPE), funcionando, ainda hoje, no forte do Leme.

Era pensamento corrente na época, dentro dos organismos de repressão, que existiam duas categorias de presos políticos: os recuperáveis e os irrecuperáveis. A tese do “preso recuperável”, muito difundida pela mídia, vincula-se à figura do jovem estudante de esquerda como “inocente útil” do “terrorismo internacional”. Uma das autoridades que mais defende isso é o chefe do Estado-Maior do Exército, general Antônio Carlos da Silva Murici, que, ainda em 1969, encomenda e organiza uma série de pesquisas sobre presos políticos.

A primeira, de 1969, é feita apenas no Rio de Janeiro, e tem como objetivo levantar, entre os militantes presos à época, o nível de escolaridade e as causas que os teriam conduzido à luta armada. Dentre 260 presos, chegam à conclusão de que 80% têm o primeiro ano universitário, 15% têm o segundo grau e 5% não concluíram o 2º grau. Apontam como causas conducentes à luta contra o regime:

*“1) desajustes; 2) descaso dos pais pelos problemas da mocidade; 3) politização no meio escolar realizada por estudantes profissionais que despertam e exploram o ódio nos jovens, com o fito de impor-lhes um idealismo político, mesmo temporário; 4) o trabalho de alguns maus professores, hábeis em utilizar a cátedra para fazer proselitismo político (...)”*  
(JORNAL DO BRASIL, 19/07/70, grifos meus).<sup>13</sup>

Uma segunda pesquisa, do início de 1970, também por solicitação do general Murici, investiga os níveis social e de escolaridade de cerca de quinhentos presos políticos, detidos em diferentes dependências do Exército, em nível nacional.

Essas duas pesquisas iniciais demonstram a preocupação dos militares em conhecer melhor quem eram os opositores políticos e servem de base para uma terceira pesquisa, sobre o perfil psicológico do “terrorista” brasileiro.

Na época, as grandes questões que se colocam dentro dos modos de subjetivação então hegemônicos são: por que os filhos da classe média, da pequena burguesia, que têm tudo para ascender socialmente e se tornarem, inclusive, ideólogos do regime, estão indo para o caminho da contestação? Por que se tornam “terroristas”, negando suas origens de classe? As causas não estariam vinculadas à “crise” da família moderna? Não seriam esses “terroristas” jovens “desajustados emocionalmente”, advindos de famílias “desestruturadas”?

Para confirmar tais crenças, que os altos escalões da repressão há muito vinham anunciando através da mídia, no segundo semestre de 1970, exclusivamente no Rio de Janeiro, uma terceira pesquisa é feita entre 44 presos políticos. Consta de duas partes: na primeira, um extenso questionário, com cerca de cinco folhas datilografadas, apresenta questões sobre infância, adolescência e relacionamento familiar. Uma “anamnese” na qual, entre outras coisas, se pergunta: como foi feita a escolha da profissão; como se envolveu em política; se teve muitos namorados(as); se teve experiências homossexuais; se alguma vez utilizou algum tipo de droga; como é a situação familiar; se tem pais separados; qual a pessoa da família mais importante e por quê; se tem algum parente envolvido em política; o que pensa fazer após a libertação, etc.

Ao analisar essas respostas, os militares e os “psi” chegam à conclusão de que é fundamental:

*“a importância do lar na vida dos jovens e o apoio que lhes proporciona (e que) (...) quase um terço dos consultados não estava ajustado à vida familiar, (sendo que) (...) é no lar que se encontram os desvios da moral e da conduta social (O GLOBO, 12/11/71).”<sup>14</sup>*

A segunda parte dessa pesquisa é a aplicação de uma bateria de testes: de aptidões, de interesses, de nível mental (Raven) e de personalidade (Rosenzweig e Rorschach). Todo esse processo, conforme declara o general Murici, é realizado por “oficial com curso de especialização no Centro de Estudos do Pessoal do Exército e os resultados foram examinados por psicólogos civis”. A seguir, relata os resultados:

*“Dos 44 examinados, 32 (73%) foram considerados como indivíduos com dificuldades de relacionamento ou escasso interesse humano e social, ou ainda difícil comunicação”*

*humana; em suma, como pessoas difíceis; como imaturos, foram (...) considerados 23 (52%) (...); 18 (41%) foram incluídos no grupo de desajustados (...)*” (O GLOBO, 12/11/71, grifos meus).

Em pesquisa realizada no Arquivo do DOPS/RJ pelo Grupo Tortura Nunca Mais/RJ<sup>15</sup>, encontrei documento do 1º Exército, com carimbo de “confidencial”, no qual uma equipe de psicólogos – mantida em sigilo – encaminha os resultados do teste de Rorschach “aplicado a um grupo de terroristas solicitado pelo 1º Exército”. Após indicar as fontes bibliográficas utilizadas, apontam os “traços dominantes do grupo”: “estabilidade emocional e afetiva precária; dificuldade de adaptação e ajustamento; atitude oposicionista, voltando sua agressividade ora contra o meio, ora contra o próprio ego; escasso interesse humano e social (atitude anti-social); pensamento rígido e índice de estereotipia elevado”.

Desqualificam-se e patologizam-se, assim, aqueles que fazem oposição ao regime militar, que resistem ao terrorismo de Estado: são doentes e é preciso tratá-los.

Essa pesquisa é realizada em vários quartéis da Vila Militar, no DOI-CODI/RJ e no HCE. Alguns presos políticos se negam a participar dela e são transferidos para o DOI-CODI/RJ como forma de intimidação e/ou retornam à tortura<sup>16</sup>.

No momento dessa pesquisa, alguns presos políticos a ela submetidos concluem que se trata de um levantamento psicológico. Segundo alguns, essa preocupação em lhes traçar um “perfil psicológico” talvez viesse após o congresso da UNE, realizado em Ibiúna, em 1968, pois, dos estudantes presos, cerca de 99% eram de classe média.

Essas três pesquisas mostram não apenas a necessidade, por parte da repressão, de conhecer melhor os militantes políticos, como também a de fortalecer na sociedade em geral e nas famílias de classe média, em especial, a crença de que seus filhos são “desajustados” emocional e socialmente e, portanto, “doentes”.

Em suma, elas – as famílias – são as principais responsáveis pelos transtornos que esses jovens apresentam para a nação, que quer “se desenvolver em ordem e em paz”. Com isso, desqualifica-se qualquer oposição ao regime militar.

Além da participação nessa pesquisa sobre o perfil psicológico do “terrorista” brasileiro, há numerosos outros casos da atuação “psi” que respaldaram o regime de terror que se implantou em nosso país, como os que se referem a laudos psiquiátricos fornecidos a numerosos presos políticos. Relatam estados psíquicos “confusionais” e/ou “paranóides”, “reações primitivas de regressão e conversão histérica”, etc. de alguns presos políticos, sem haver qualquer menção às torturas a eles infligidas. A omissão e a convivência são totais<sup>17</sup>.

## FINALIZANDO...

Esses são apenas alguns exemplos extremos da participação direta de profissionais “psi” colaborando com esse quadro dantesco, fornecendo seu aval teórico/técnico para justificar “cientificamente” que aqueles que resistiam à sanha assassina de um Estado ditatorial eram desequilibrados, desestruturados, doentes... Participação que colaborou efetivamente, também, para a manutenção e o fortalecimento das subjetividades hegemônicas que sustentaram em muitos aspectos o estado de terror sob o qual vivemos nos anos 70 no Brasil.

É o que Eduardo Pavlovsky – psicanalista e psicodramatista argentino exilado na década de 70 – apresenta como “cumplicidade civil”, isto é, o modo como vai sendo elaborado o chamado “colaborador” nas ditaduras, “aquele que está ao nosso lado e nem sabe que pode chegar a colaborar, inclusive até a denunciar” (PAVLOVSKY, 1986, p. 9). Sem dúvida, essa “cumplicidade civil”, representada não só por muitos profissionais “psi” brasileiros, mas por grandes parcelas da população, é um dos fatores que mantêm todo e qualquer governo fascista, que sustentou intensamente as ditaduras latino-americanas e que, ainda hoje, respalda a violência e as exclusões sociais que grassam em nosso país.

O objetivo deste pequeno artigo foi, antes de mais nada, documentar uma época, falando da dor, de muitos projetos, sonhos e utopias. A exemplo de M. Foucault, a história que busquei foi a história do presente: quais agenciamentos de práticas, discursos e instituições constituíram nossos processos de subjetivação não só naqueles terríveis anos, mas ainda hoje.

Esta narrativa tem também o objetivo de pôr a funcionar encontros que tenham força, no sentido de expandir outras formas de pensar uma genealogia de algumas práticas “psi” no Brasil. O que penso ser trabalho coletivo de todos os que atuam no campo “psi” – e não só nele – e que em seu cotidiano estão formando outras práticas, fazendo parte dessa sempre renovada luta contra as tendências sedutoras ao acomodamento e à naturalização, às facilidades e aos confortos do que se estabelece, se institui e tenta permanecer.

São, também, pedaços de uma trajetória, de uma geração – a minha. Daí, não me atrever a uma conclusão que, pretenciosa e implicitamente, procuraria “fechar” algo. Todavia, nesses fragmentos aqui escritos há, sem dúvida, uma

afirmação singular dos lugares por mim ocupados: de psicóloga – que, sem negar esse “especialismo”, o tenta colocar em análise – e o de militante, que não se excluem, não são dicotômicos, mas se complementam e são indissociáveis.

Justamente por não acreditar no mito da neutralidade científica e por entender que são as diferentes práticas que produzem neste mundo os saberes e sujeitos do conhecimento, bem como seus objetos - que não têm uma essência e existência em si -, foi que tentei, neste pequeno trabalho, apontar como algumas práticas “psi”, nos anos 70, no Brasil, foram fundamentais para respaldar um regime autoritário e terrorista. E como, ainda hoje, muitas delas – embora não somente elas – continuam respaldando e fornecendo um caráter “científico” às mais diferentes exclusões sociais, nesses tempos de neoliberalismo em nível planetário.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COIMBRA, C. M. B. - “A divisão social do trabalho e os especialismos técnico-científicos”. Em: *Revista do Departamento de Psicologia da UFF*, ano II, n. 2, 09-15, Niterói, 1990.
- DONZELOT, J. - *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- GUATTARI, F. e ROLNIK, S. - *Micropolítica: cartografias do desejo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.
- HOLLANDA, H. B. - *Impressões de viagem*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1978.
- PAVLOVSKY, E. - “La vigencia de un compromiso”. Em: *Territórios – movimiento de salud mental*, n. 3, 06-09, Buenos Aires, 1986.
- SENNETT, R. - *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SODRÉ, M. - *O Social irradiado: violência urbana, neogrotesco e mídia*. São Paulo: Cortez, 1992.
- TELLES, V. S. - *A experiência do autoritarismo e a prática institucionnal: os movimentos sociais em São Paulo nos anos 70*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 1984.
- VELHO, G. - *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- VELHO, G. - *Subjetividade e sociedade: uma experiência de geração*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

\* Este artigo é uma síntese, com algumas modificações, de alguns capítulos do livro *Guardiães da Ordem: uma viagem pelas práticas “psi” no Brasil do “milagre”* - resumo da tese de doutorado da autora, defendida na USP.

\*\* Psicóloga, professora adjunta da Universidade Federal Fluminense, presidente do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ e Coordenadora da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia

<sup>1</sup> O termo “capitalístico”, utilizado por Guattari, “(...) indica não apenas as sociedades designadas como capitalistas, mas também setores do Terceiro Mundo ou do Capitalismo periférico assim como as economias ditas socialistas (...)”. Tais sociedades não se diferenciam do ponto de vista de produção de subjetividades. Ver GUATTARI e ROLNIK, 1988, p. 15.

<sup>2</sup> Sobre o assunto consultar Velho, 1987.

<sup>3</sup> Termo utilizado por Chauí, M. “O que é ser educador hoje? Da arte à ciência: a morte do educador”. Em: BRANDÃO, C. R. (org.) *Educador vida e morte*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

<sup>4</sup> Lei da Reforma nº 5540/68. Sobre o assunto, consultar FREITAG, B. *Escola, Estado e Sociedade*. São Paulo: Moraes, 1980.

<sup>5</sup> Sobre o assunto consultar FRIGOTTO, G. *A produtividade da escola improdutiva*. São Paulo: Cortez, 1986; SOUZA, M. I. S. *Os empresários e a educação*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981 e COIMBRA, C. M. B. “As teorias educacionais hegemônicas nos anos 70 no Brasil”. Em: *Cadernos do ICHF*. N. 28, 14-19, 1992.

<sup>6</sup> Decreto-lei nº 4119/62. Sobre o assunto consultar “Psicologia Legislação”. Brasília: CFP, Série A, n. 1, 1976.

<sup>7</sup> Sobre o assunto consultar PATTO, M. H. S. *A produção do fracasso escolar*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1990

<sup>8</sup> Sigo aqui a noção de “instituição” para a análise institucional francesa, que a diferencia de estabelecimento, local geográfico. Instituição é toda e qualquer relação que se caracteriza pela naturalização de práticas concretas ligadas à submissão, exploração, disciplinarização, etc; práticas instituídas e percebidas como naturais, eternas e necessárias. Entretanto, além dessas forças instituídas, toda instituição também supõe forças instituintes, o que permite sua transformação e mesmo extinção.

<sup>9</sup> Área em que fiz minha pesquisa de doutorado.

<sup>10</sup> A noção de transversalidade, advinda da análise institucional francesa, refere-se aos diferentes entrecruzamentos presentes nos sujeitos e em qualquer espaço que ocupemos. Estes não são abstratos, a-históricos, “coisas em si”; mas atravessados, produzidos e produtores da história, de formas de viver e existir.

---

<sup>11</sup> Leão Cabernite foi analista didata de Amilcar Lobo – médico e candidato a psicanalista, que, de 1970 a 1974, atuou junto a equipes de torturadores no DOI-CODI/RJ. Após a cassação do registro médico de Amilcar Lobo, em 1988, foi aberto no Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro processo contra Cabernite, por omissão, conivência, cumplicidade e respaldo às práticas exercidas por Lobo. Foi cassado, mas o Conselho Federal de Medicina reformou a pena para trinta dias de suspensão. Atualmente, há um forte movimento internacional para expulsar Leão Cabernite da IPA.

<sup>12</sup> Alguns desses médicos, denunciados pelo Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, foram processados e cassados pelo Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro, como Amilcar Lobo e Ricardo Agnese Fayad (general-de-brigada, além de médico). O processo referente a José Lino Coutinho da França Neto ainda está em andamento.

<sup>13</sup> Reportagem intitulada “Murici aponta aliciamento de jovens para o terror”.

<sup>14</sup> Reportagem intitulada “Murici: Recuperar jovens que se desviaram é a grande tarefa”.

<sup>15</sup> Pesquisa realizada em 1992 e 1993 no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, onde se encontra, desde 1992, o arquivo do DOPS/RJ.

<sup>16</sup> Essas informações me foram fornecidas por 12 ex-presos políticos entrevistados.

<sup>17</sup> Sobre o assunto, consultar Arquidiocese de São Paulo. *Brasil Nunca Mais*. Rio de Janeiro: Vozes, 1985, p. 215-29.